



Universidad[®]
Católica
de Manizales
VIGILADA Mineducación

REVISTA
DE INVESTIGACIONES

Gonçalves, L., & Sotter, F. (2023). As parcerias público-privadas como política educacional em cidades do extremo sul do Brasil (2021 a 2023). *Revista de Investigaciones UCM*, 23(42), 110-131.
DOI: <https://doi.org/10.22383/ri.v23i42.238>

As parcerias público-privadas como política educacional em cidades do extremo sul do Brasil (2021 a 2023)

Las asociaciones público-privadas como política educativa en ciudades del extremo sur de Brasil (2021 a 2023)

Leonardo Dorneles Gonçalves, Universidade Federal do Rio Grande, dorneles05@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8093-8493>

Francine Sotter Studinski, Universidade Federal do Rio Grande, franstudinski2013@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6308-9615>

Recepción: 02/11/2024 - Aprobación: 08/07/2024

Resumo

O trabalho analisa resultados parciais de uma pesquisa realizada em duas cidades do extremo sul do Brasil, que aborda as Parcerias Público-Privadas em Educação (PPPEs) como política educacional no período de 2021 a 2023. O objetivo principal é mapear as formas de atuação do setor privado junto à educação pública nessas cidades, destacando as áreas e os temas priorizados pelas entidades privadas no campo educacional. De cunho exploratório e com características próximas à etnografia de redes, a pesquisa considera as notícias divulgadas em portais oficiais das prefeituras, destacando informações como a área da parceria, a entidade privada envolvida, os objetivos, entre outros aspectos. Com base nos dados obtidos, pode-se afirmar que há um certo protagonismo das entidades vinculadas ao Sistema “S”, especialmente o Sebrae, que focaliza o tema do empreendedorismo na formação de professores em serviço.

Palavras-chave: parcerias público-privadas, políticas educacional, extremo sul, sebrae, empreendedorismo

Derechos de autor 2023 Revista de Investigaciones (Universidad Católica de Manizales). Esta obra está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0. <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> esta licencia permite a otros distribuir, remezclar, retocar, y crear a partir de esta obra de manera no comercial y, a pesar de que sus nuevas obras deben siempre mencionar esta obra y mantenerse sin fines comerciales, no están obligados a licenciar sus obras derivadas bajo las mismas condiciones.

 OPEN ACCESS



Resumen

El trabajo analiza resultados parciales de una investigación realizada en dos ciudades del extremo sur de Brasil, que aborda las Alianzas Público-Privadas en Educación (APPEs) como política educativa entre 2021 y 2023. El objetivo principal es mapear las formas en que opera el sector privado en la educación pública en estas ciudades, destacando las áreas y temáticas priorizadas por las entidades privadas en el campo educativo. De carácter exploratorio y utilizando características cercanas a la etnografía en red, la investigación considera las noticias publicadas en portales oficiales de la alcaldía, destacando informaciones como el área de la alianza, entidad privada, objetivos, entre otros. Con base a los datos obtenidos, se puede decir que existe cierto protagonismo de las entidades vinculadas al Sistema “S”, especialmente el Sebrae, que enfoca el tema del emprendimiento junto con la formación de docentes en servicio.

Palabras clave: alianza público-privadas, políticas educativas, extremo sur, sebrae, emprendimiento

Introdução

O trabalho apresenta algumas análises dos dados de uma pesquisa denominada “Parcerias público-privadas (PPPEs) como política educacional: fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos”¹, e analisa a participação do setor privado na educação pública nas cidades do Rio Grande/RS e São José do Norte/RS², especialmente na educação infantil e ensino fundamental, destacando suas formas de atuação, áreas prioritárias e parcerias estabelecidas com os municípios. Considerando que as fontes de pesquisa foram as informações disponibilizadas pelas prefeituras em seus sítios eletrônicos oficiais na internet, a pesquisa realiza um mapeamento a partir das notícias publicadas, com o objetivo de identificar as instituições privadas envolvidas nas políticas educacionais da região, principalmente no período de 2021 a 2023.³

Para tanto, realizamos uma busca nos sítios eletrônicos institucionais das prefeituras das cidades de Rio Grande e de São José do Norte⁴ (Extremo sul do Brasil), ambas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Na aba “notícias”, buscamos informações sobre atividades relacionadas à educação realizadas entre janeiro de 2021 e abril de 2023, envolvendo a participação do setor privado, especialmente empresas do ramo educacional ou organizações vinculadas ao Sistema S (Sebrae, Senar, Senac, Senai, Sesi ou Sesc). Para tanto, utilizamos descritores que serão apresentados na segunda seção do artigo. As informações coletadas foram organi-

1 Desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Políticas Educacionais – GEDUCAÇÃO – www.geducacao.furg.br da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

2 Conforme as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cidades estão localizadas no extremo sul do Brasil, ao litoral do sul do estado do Rio Grande do Sul, distantes em torno de 350 quilômetros da capital do estado (Porto Alegre) e, juntas, possuem uma população aproximada de 225 mil habitantes.

3 Justifica-se o período estipulado o qual trata de acompanhar os anos iniciais da gestão municipal, eleita em 2020, tendo mandato iniciado em 01 janeiro de 2021 com previsão de término em 31 dezembro de 2024.

4 Site oficial da prefeitura de Rio Grande <https://riogrande.atende.net/cidadao>. Site oficial de São José do Norte <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br>

zadas em uma planilha Excel, com destaque para os seguintes dados: data da notícia, área da parceria, instituição privada envolvida, ação desenvolvida, objetivos, data da ação, recursos públicos/contrapartidas e abrangência.

No estágio atual da pesquisa, a análise dos dados baseia-se no levantamento quantitativo das informações disponíveis nos sítios eletrônicos, com o objetivo de identificar as principais instituições que atuam na educação dos municípios, suas áreas de atuação, a destinação ou não de recursos públicos, entre outros aspectos. Observa-se uma atuação em rede, que envolve instituições dos setores financeiro e de agronegócio, mediadas pela forte e abrangente presença de serviços ligados ao Sistema S⁵, como o Sebrae e Sesc, que encontram no espaço públicos (secretarias municipais de educação) um terreno fértil para a consolidação de seus projetos. Para apresentar os resultados da pesquisa, o artigo inicialmente oferece uma contextualização histórica e teórica sobre a presença do setor privado na educação pública, destacando as formas contemporâneas pelas quais o capitalismo influencia as ações do Estado e as políticas educacionais em âmbitos local e global. Em seguida, são expostos alguns resultados encontrados, acompanhados de uma caracterização geral das informações mais relevantes, que antecede a elaboração de sínteses e considerações finais.

Aspectos históricos e teóricos sobre a atuação privada na educação pública

O tratamento dado à atuação do setor privado na educação pública envolve um conjunto de conceitos e denominações que, em síntese, podem ser compreendidos como formas de privati-

⁵ Segundo descrição contida na página da Agência Senado, Sistema “S” é o “termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>

zação da educação. No contexto brasileiro atual, o termo mais recorrente tem sido “Parcerias Público-Privadas – PPPs”. Esse conceito abrange o protagonismo de setores empresariais tanto na formulação de políticas educacionais, baseadas em diretrizes advindas de organismos internacionais, quanto na execução prática dessas políticas. Tal atuação inclui desde a formação inicial e continuada de professores até o desenvolvimento de atividades voltadas a estudantes, gestores escolares e outros segmentos.

Entretanto, a própria consolidação da formação social e política brasileira é marcada por uma significativa influência privada, resultando no que Saviani (2010) caracteriza como uma relação profundamente promíscua entre as esferas da administração pública e do setor privado. Para o autor, mesmo nos contextos de capitalismo mais avançado, é o setor privado que acaba direcionando os interesses públicos. No entanto, em países com características coloniais e desenvolvimento capitalista tardio, como o Brasil, essa relação entre interesses públicos e privados na condução das políticas assume um viés altamente interessado, para usar a concepção gramsciana.

Em um trabalho recém-publicado, Moreira et al., (2023) sintetizam em perspectiva histórica a influência privada na consolidação das políticas educacionais brasileiras. O estudo demonstra que:

A iniciativa privada na educação brasileira se destacou durante o Império, em especial, a partir de 1823, com a legislação que permitiu que sujeitos provenientes do setor privado abrissem escolas de primeiras letras. Posteriormente, em 1879, houve a Reforma Leôncio de Carvalho e a figura do empreendedor da educação, barão de Macahubas, o qual criou colégios nos seguintes estados: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Em 1920 e 1930, nota-se um embate entre os defensores da escola pública e os defensores do mercado educacional, com os pioneiros da Escola Nova.

Na década de 1950, há o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 2.222/1957,

e o embate entre o projeto substitutivo de Carlos Lacerda, nº 2.222-B/1957, promotor da escola privada junto ao setor religioso, e os defensores da escola pública. Em 1960, 1970 e 1980, há a criação de organizações defensoras de ensino privado, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (FENEN), o crescimento do ensino superior privado, a realização de empréstimos com as agências internacionais e o reativamento do ensino técnico profissional para os populares. (Moreira et al., 2023, p. 49)

Como podemos observar, a estratégia adotada pelas elites para controlar o processo educacional manifesta-se tanto na militância em esferas de poder político quanto na sociedade civil, organizada por meio de institutos e federações. Essa atuação se traduz em um conjunto de parâmetros legais elaborados para atender a interesses particulares. Embora, em breves períodos históricos, tenham surgido valiosas, porém pouco expressivas, reivindicações em favor dos/as trabalhadores/as (Shiroma et al., 2011), até a década de 1950 o debate educacional refletia a hegemonia da pequena política (Coutinho, 2010).

A temática educacional retorna ao debate público e com participação popular a partir da abertura política nos anos 1980, após 21 anos de ditadura civil-militar, período em que o assunto esteve alinhado com o fortalecimento de um nacionalismo imposto por governos autoritários, orientados por teses de segurança nacional⁶ e, no caso da educação, para a formação de capital humano (Frigotto, 1984) com explícitas características tecnocráticas na gestão escolar e no planejamento educacional (Souza & Tavares, 2014). Contudo, a desastrosa herança educacional deixada pelos governos ditatoriais, especialmente no âmbito da educação básica, juntamente com as mobilizações populares em defesa da democracia, permitiu, conforme aponta Drabach (2016), a retomada dos debates sobre a construção

⁶ É importante lembrar que o período da ditadura civil militar no Brasil deve ser entendido no contexto da guerra fria. Daí a influência estadunidense sobre o regime brasileiro à época, já amplamente elucidado pela historiografia brasileira.

de um projeto educacional voltado ao fortalecimento da democracia e à promoção da participação cidadã.⁷

Se, por um lado, novos contornos foram delineados para a educação, com o protagonismo de sujeitos comprometidos com a consolidação de uma escola verdadeiramente pública, onde os segmentos sociais participam ativamente de sua construção e fortalecem um sistema educacional transparente, coletivo e democrático, por outro, as teses neoliberais já circulavam como antítese ao provimento estatal dos direitos sociais, defendendo os princípios de mercado como a lógica para o funcionamento da máquina pública e sustentando discursos privatistas. Nunca é demais lembrar que a tônica dos debates políticos no contexto das eleições presidenciais de 1989 esteve, de um lado, na “modernização” neoliberal e, de outro, em uma alternativa em prol dos/as trabalhadores/as. Isso levou Coutinho (2010) a afirmar que esse foi o último período em que houve uma real disputa pela hegemonia política no Brasil. Assim afirmam Peroni e Scheibe (2017):

Historicamente, o privado foi parâmetro de organização da escola pública, o que pode ser exemplificado pelas influências já exaustivamente analisadas do Fordismo na educação: hierarquia, divisão social do trabalho, especialização, formas de controle, entre outras. Nosso país, no entanto, viveu processo recente de democratização. Lutamos por outra forma de organização da escola com princípios democráticos e críticos à teoria do capital humano e suas concepções gerenciais de organização. Avançamos alguns passos no sentido de democratização da educação e da sociedade no período recente, pós-ditadura, em que materializamos na legislação uma série de direitos, tais como a ampliação da obrigatoriedade escolar, do atendimento às diferenças culturais, sexuais, étnicas. Mas, em um processo de correlação de forças, também o setor privado

⁷ A autora menciona o papel fundamental da Carta de Goiânia, documento redigido no IV Congresso Nacional de Educação, a qual sintetizou as aspirações de educadores, pesquisadores e movimentos sociais para o setor e que, de forma limitada, influenciou o capítulo constitucional em 1988 sobre o tema.

se organizou para disputar tanto os fundos públicos como o conteúdo desta educação, de forma que temos hoje projetos de educação em disputa, vinculados aos projetos de sociedade em confronto. (Peroni & Scheibe, 2017, p. 389)

As ideias neoliberais já haviam sido traduzidas em ações políticas em países como Inglaterra e Estados Unidos e, no contexto latino-americano, consolidadas no Chile entre 1973 e 1990 (Puello-Socarraz, 2018). Naturalmente, devido ao processo histórico de formação social de países colonizados, marcados pela intensa exploração do trabalho (Marini, 2005), característica das formas de construção de estados nacionais frágeis, o neoliberalismo encontrou uma arena de resistência insuficiente e não teve dificuldades em construir o consenso em torno do fortalecimento do capitalismo. É justamente nesse contexto que começa a se difundir um conjunto de termos e nomenclaturas que confundem a resistência e que, no limite, buscam ampliar os processos de privatização do público, entre os quais se destaca as “Parcerias Público-Privadas”.

Embora o termo tenha sido amplamente difundido como uma forma de amenizar a brutalidade e o fracasso das privatizações *stricto sensu*, que deixaram uma herança negativa nas sociedades onde o neoliberalismo perdurou, as PPPs carregam, em sua essência, o mesmo fundamento: a adesão aos princípios e lógicas do mercado empresarial no âmbito dos serviços públicos em geral e, em particular, na educação.

O renascimento das “parcerias” também se articulou a mudanças mais amplas na paisagem ideológica e conceitual da governança, em direção a uma “terceira via” entre o Estado e o mercado, como a de Blair, em seu “governo para a modernização” no Reino Unido. Elas foram um corretivo para a presença demasiada do Estado (keynesianismo), por um lado, e a ausência dele, por outro (privatização). Ao agir como uma ponte entre cada setor, as parcerias atuavam como um canal, permitindo o aproveitamento de valores de cada parceiro, a serem capitalizados no futuro. (Robertson & Verger, 2012, p. 1139)

Na prática, ao não se apresentarem como um modelo superior à privatização, as PPPEs ampliam a presença de grupos privados, que passam a atuar como sujeitos da política educacional, desde sua elaboração até a execução. Nesse contexto, as parcerias surgem mais como um instrumento para fortalecer o consenso neoliberal do que como uma crítica mitigatória ao seu *modus operandi*. Para isso, contam com o papel preponderante de organismos multilaterais, que cumprem a função de disseminar diretrizes a serem adotadas como políticas nos contextos nacionais, o que, segundo Dale (2004), efetiva uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”. Essa agenda conta, obviamente, com a participação de sujeitos privados, cujo poder econômico se torna o critério para seu protagonismo na implementação das políticas. Para Verger:

O poder dos atores não estatais na política internacional não é necessariamente novo; o que mudou é a forma como esses atores interagem principalmente com e dentro da arena global. Há décadas, os atores não estatais tentaram influenciar fóruns e acordos internacionais por meio do Estado (ou seja, interpelaram um ou mais Estados-nação como forma de fazer suas demandas serem ouvidas na arena internacional por intermédio dos estados em questão). No entanto, atualmente, o multilateralismo está se afastando de uma estrutura exclusivamente estatal, e a sociedade civil e os atores privados desempenham diretamente um papel cada vez mais relevante nas estruturas multilaterais. (2019, p. 16)

Essa forma de participação descrita pelo autor está relacionada ao modo como os sujeitos privados encontram formas de direcionar as políticas educacionais no Brasil. Concretamente, após um período de atuação difusa e atomizada, em razão do alinhamento político com os governos tucanos⁸, fundações e institutos ligados ao grande empresariado nacional passam atuar

⁸ Entre 1995 e 2002 o Brasil foi governado pela coalisão de direita representada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira e o já extinto Partido da Frente Liberal. Ambos foram responsáveis pela implantação das reformas do estado e, conseqüentemente, difusão das privatizações ocorridas no Brasil neste período. O país jamais conseguiu reverter as perdas desse período histórico.

em conjunto, em uma frente que pode ser entendida, de acordo com Leher (2014), como um verdadeiro Partido se tomarmos como referência a acepção gramsciana. O protagonismo do “Movimento Todos pela Educação - TPE” a partir de 2006 modificará a trajetória das políticas educacionais no Brasil, que passará a adotar princípios fortemente pragmáticos, tanto na forma de conceber o direito à educação quanto na busca implacável por resultados e índices. Conforme Peroni:

Tal movimento possui um protagonismo cada vez maior, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Em setembro de 2011, o TPE organizou um seminário em conjunto com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a criação da rede latino-americana de organizações da sociedade civil pela educação: “A rede foi lançada na sessão especial do Congresso Internacional: ‘Educação: uma Agenda Urgente’, [...] organizado pelo Todos Pela Educação em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).” Ressaltamos o protagonismo da organização de empresários brasileiros no processo de aprofundamento da privatização do público na América Latina e o financiamento do Banco Mundial, que tem como estratégia o aprofundamento das parcerias público-privadas. (2018, p. 220)

A presença desse movimento pode ser vista como uma vanguarda na consolidação do consenso em torno da agenda empresarial na educação no Brasil. Embora conviva com a presença de outras instituições que também têm certa incidência nos direcionamentos da educação, o TPE acaba por representar duas importantes tendências que se hegemonizam nas políticas educacionais: a) representam, no país, as diretrizes estipuladas por organizações multilaterais, a partir de grandes fóruns internacionais materializados em relatórios que orientam a concepção educacional para as diversas nações; b) definem a agenda de reformas para o campo educacional em acordo com os interesses do mercado, isto é, a conformação de estratégias que permitam a melhoria dos índices educacionais, com vistas a elevação da

competitividade do país frente ao mercado internacional.⁹

Ao analisar a atuação do empresariado em redes que contemplam sujeitos privados e públicos, Peroni e Caetano afirmam que:

O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia, trazendo a atuação de novos sujeitos, [...], que estão dispostos a influenciar na direção e no desenvolvimento de políticas públicas em municípios e estados brasileiros. Compreendemos que as redes de empresários e intelectuais orgânicos precisam exercer uma ininterrupta atividade para não perder sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Esses profissionais se utilizam de estratégias de obtenção de consensos, do estabelecimento de relações entre empresas e buscam a adesão da população ao seu projeto político e econômico, interferindo diretamente na gestão do público e da educação. (2020, s/n)

O fato preponderante é a revalorização do mercado como referência para a elaboração e execução das políticas educacionais, o que é assumido como consenso tanto pelas forças empresariais quanto, paradoxalmente, por fortes tendências do campo progressista (Freitas, 2018). Parece não haver disputa em torno da pauta, e o papel da política é aperfeiçoar o setor educacional, adaptando-o às mudanças impostas pelo capitalismo.

Entretanto, as contradições são inerentes às formas sociais injustas, pois estão sujeitas a crises constantes que acabam por impactar as dinâmicas de toda a sociedade. E é justamente o contexto de crise com o qual convivemos desde 2008/2009 que vai provocar um conjunto de transformações no mundo do trabalho, exigindo novos processos educacionais.

⁹ Na forma social do capital, sobretudo em momentos de crise como vivemos desde 2008/2009, a elevação dos índices educacionais representa a construção de um ambiente apropriado para a exploração da força de trabalho, uma vez que, no capitalismo, o trabalho é, também, mercadoria. Isso se agrava quando convivemos com elevadas taxas de desemprego, subemprego e informalidade, principalmente após as reformas trabalhista (2017) e da previdência (2019).

Assim, pode-se afirmar que, atualmente, a disputa em torno da agenda educacional e suas políticas reflete o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, conforme Mascaro (2013), as mudanças nos padrões de acumulação, originadas por crises, consolidam novos modos de regulação. Isso é precisamente o que ocorre após a crise estrutural de 2008/2009, já analisada com rigor por Mézaros (2009) e Harvey (2011)¹⁰, a partir de dois aspectos fundamentais: 1) os novos reordenamentos das relações entre capital e trabalho e, consequentemente; 2) as redefinições do papel do Estado.

No primeiro caso, conforme Tonelo (2021) e Puello-Socarraz (2018), a reorganização das relações entre capital e trabalho, após a crise, vai exigir da classe trabalhadora uma adesão abrupta aos princípios da indústria 4.0, agravando o desemprego estrutural e traçando um caminho desolador, somado às teses do empreendedorismo como alternativa à incapacidade do capitalismo de absorver os “sobrantes” do mundo do trabalho.

Concomitantemente, o segundo caso —ou seja, as reorientações do papel do Estado— radicalizam as teses neoliberais, expressando sua face mais dura e asfixiando as parcas, mas significativas, experiências de nossas políticas sociais. No caso brasileiro, a partir de 2013 e, de forma mais acentuada, em 2016, as reformas trabalhistas, previdenciária, a emenda constitucional que limita os gastos sociais à inflação do ano anterior e a lei das terceirizações são exemplos mais evidentes da redução da dimensão social do Estado. Na área educacional, pode ser mencionada a reforma do ensino médio (levada a cabo num contexto de golpe institucional) e a própria Base Nacional Comum Curricular que, juntas, criam mecanismos de fortes exclusões e desigualdades educacionais.

O que se apresenta, atualmente, como alternativa para atender ao direito à educação é a conjunção de fatores que convivem de forma aparentemente desordenada, mas que, devido

¹⁰ Nas palavras do autor: “De modo nu e cru, a política era: privatizar os lucros e socializar os riscos: salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas” (Harvey, 2011, p. 16)

à crise, ganham força e protagonismo. Esses fatores, seja por serem pautados por organismos internacionais com suas interlocuções internas (Shiroma et al., 2011), seja por encontrarem formas mais sofisticadas de atuar, fortalecem a ideologia de que a educação como um direito só será uma realidade se for possível criar um amálgama entre grupos que atuam na defesa de interesses públicos e privados. Isso tem se traduzido por meio da defesa de modelos pedagógicos calcados na educação empreendedora, na construção de competências socioemocionais, na educação para a resolução de problemas, entre outros.

Assim, considerando a contextualização histórica e teórica dos processos que envolvem a privatização da educação no Brasil, atrelados às dinâmicas impostas pelos mercados internacionais e à atuação dos organismos multilaterais, o papel da crise do capitalismo e a redefinição do papel do Estado a partir de reformas que destituem os direitos dos/as trabalhadores/as e reforçam a ideologia do empreendedorismo como alternativa para o desemprego estrutural que afeta a classe trabalhadora, realizamos o mapeamento da atuação do poder público municipal de duas cidades localizadas no extremo sul do Brasil. No passado recente, ambas as cidades foram contempladas com massivos investimentos federais para a construção de plataformas para a extração de petróleo, a serviço da maior empresa estatal do setor no país. No entanto, após a crise política impulsionada pelas elites retrógradadas, a área sofreu uma drástica redução de recursos, resultando em demissões em massa e deixando um legado de pobreza e outros problemas sociais. É nesse contexto que buscamos identificar como a educação tem sido alvo de privatizações, o que se reflete na forte presença do Sistema “S” nas atividades educacionais.

Mapeamento das PPPEs em Rio Grande e São José do Norte (2021 a 2023)

Trata-se de um estudo exploratório, no qual a pesquisa prioriza as informações oficiais divulgadas nos sites eletrônicos públicos vinculados ao poder executivo municipal. No entanto, poderá ser ampliada por investigações em outras fontes, nas quais dados complementares possam

ser verificados. Neste trabalho, concentramo-nos nas notícias que mencionam a atuação de sujeitos privados junto à educação pública, divulgadas nos portais das prefeituras na internet. O mapeamento das PPPEs nas cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS apresenta características semelhantes à “etnografia de rede” (Ball, 2014), permitindo identificar os movimentos realizados por determinadas instituições, públicas ou privadas, e os elos estabelecidos com outras organizações, com o objetivo de criar um ecossistema propício à privatização da educação. Dessa forma, buscamos verificar a presença e intensidade de instituições privadas junto às políticas educacionais das cidades em questão, entre os anos de 2021 e 2023.

Para isso, o procedimento de busca foi realizado a partir da listagem de notícias disponibilizadas nos sítios eletrônicos oficiais das prefeituras, utilizando, para fins de triagem, alguns descritores, como: educação, educação infantil, gestão escolar, material didático, professores e formação de professores. Essa técnica possibilitou a seleção de 16 (dezesesseis) notícias relacionadas às parcerias público-privadas em educação nos municípios analisados. Contudo, em consonância com os limites do trabalho e com os resultados alcançados até o momento, apresentaremos os dados mais representativos, os quais estão descritos a seguir.

Na cidade do Rio Grande/RS, no ano de 2021, foi encontrada 01 (uma) notícia, que está relacionada a uma reunião da Secretária Municipal da Educação (Smed) com representantes dos agentes privados, entre eles o Serviço Social do Comércio (Sesc) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A reunião teve como pauta a realização de futuras parcerias, buscando soluções de formação para professores. No ano de 2022, foram encontradas 03 (três) notícias, e o agente privado que mais se destacou foi o Sebrae. Entre essas notícias, destaca-se a aprovação da Lei 8743/2022, que regulamenta as PPPs para o desenvolvimento social e econômico do município. As outras notícias tratam da elaboração e da palestra para a implementação do Programa Cidade Empreendedora, dentro do eixo Educação Empreendedora para estudantes.

Em 2023, na cidade do Rio Grande, até o mês de abril, foram encontradas 04 (quatro) notícias mencionando o Sebrae. Essas notícias estão relacionadas à Jornada Pedagógica, que se configura como uma formação para professores e gestores de todas as etapas, níveis e modalidades de ensino. A formação oferece 700 (setecentas) vagas nas diversas oficinas e conta com a colaboração de patrocinadores e apoiadores.

Na cidade de São José do Norte/RS, em 2021 foram encontradas 03 (três) notícias, dentre elas a Jornada Pedagógica que foi ministrada de forma on line devido a pandemia de COVID-19. O evento teve como objetivo a formação de professores e equipes pedagógicas e o tema foi, “Diálogos Multiculturais”, visando debater as relações étnico raciais e a educação antirracista.

Em 2022, foram encontradas 03 (três) notícias no município. Destaca-se a Blitz Dinolândia, uma iniciativa do Sebrae que abrange estudantes desde o nível A da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental nos municípios da região sul do Rio Grande do Sul que participam do Programa Cidade Empreendedora. No mesmo ano, foi noticiada uma palestra destinada a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal, com o tema “Seu Futuro nas suas Mãos: Empreendendo hoje para conquistar o amanhã”. A atividade foi desenvolvida pelo Sebrae, tendo como objetivo despertar os estudantes participantes para a importância de estarem atentos às oportunidades de um mercado cada vez mais digital.

Por fim, a última notícia publicada em abril de 2023 revela uma parceria com Sebrae no âmbito do Programa Cidade Empreendedora, sobre o eixo Educação Empreendedora, alinhada às premissas da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Abaixo, apresentamos uma tabela contendo a síntese das notícias encontradas no período estipulado (2021 a 2023):

Quadro 1.
Setor privado na educação em Rio Grande e São José do Norte

Município	2021	2022	2023	Total	Instituição Privada
Rio Grande	01	03	04	08	Sesc, Senac, Sebrae
São José do Norte	03	04	01	08	Sesc, Itaú Social, Âmbor Florestal, Senar, Sebrae

Nota. Elaboração própria.

Podemos notar que, as atividades noticiadas e que contemplam a atuação do setor privado na educação apresentam como prioridade o contato com professores, sobretudo a oferta de formações continuadas voltadas a temas relacionados às necessidades do mercado, como é o caso do empreendedorismo. De outro modo, ações cujo foco são os estudantes da educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental ganham destaque, principalmente aquelas que buscam, a partir de competições, premiá-los pelo desenvolvimento de soluções e o ensino “lúdico” do empreendedorismo.

Por outro lado, destaca-se a atenção dedicada pelos setores empresariais à formação de professores, consolidando-se como um eixo central da influência privada nas redes públicas dos municípios de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS. Nesse contexto, Peroni e Lima (2020) apontam: “O Estado paga o professor, define as parcerias, [...] e o conteúdo da educação. Já o privado passa a determinar a formação de professores, o monitoramento, o conteúdo trabalhado nas aulas, a gestão” (p. 03).

Nesse linha, em recente mapeamento¹¹ realizado por três universidades brasileiras¹², ainda em fase de conclusão, foi possível verificar que a formação de professores tem sido o foco principal das instituições privadas. Ao enfatizar a formação de professores em serviço a partir da lógica do mercado, criam-se condições para que a educação escolar crie suas referências nas diretrizes exigidas pelo setor privado.

Considerações finais

Os resultados apresentados permitem destacar um ponto central: a prioridade de atuação das instituições privadas tem sido o investimento na formação de professores, abordando temas alinhados aos interesses do mercado capitalista. Observa-se que a implementação de parcerias nessa área visa integrar o círculo de controle sobre o conteúdo escolar, promovendo ações que “capacitem” os docentes a trabalhar com temáticas que atendem diretamente aos interesses do setor privado. Em geral, essas capacitações partem de um diagnóstico que inferioriza à docência da escola pública, tratando-a como obsoleta e ultrapassada, necessitando, para isso, “reciclar-se”.

Entretanto, tanto as prefeituras quanto as instituições privadas ignoram que essa abordagem desconsidera as duras realidades escolares enfrentadas pelas cidades analisadas neste estudo. Localizadas em uma região marcada por escassos recursos econômicos e profundas desigualdades sociais, essas condições impactam diretamente o trabalho pedagógico. Apresentar propostas formativas dessa natureza aos docentes, sem levar em conta suas condições de vida e trabalho, constitui uma forma de violência.

11 Disponível em <https://www.furg.br/projetos-de-pesquisa#q:mapeamento%20das%20parcerias/p:1>

12 Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Por outro lado, destaca-se certo protagonismo nas organizações ligadas ao Sistema “S”, atuando como mediadoras das ações ou sendo elas próprias proponentes e executoras. Como o Sistema “S” possui algum grau de controle público¹³, suspeita-se que busquem ganhar escala de atuação junto as instituições públicas, como estratégia para facilitar a construção do consenso em torno da agenda do capital junto a educação, tomando o lugar de vanguarda entre as instituições, embora o projeto formativo não tenha diferenças substantivas em relação as entidades estritamente privadas.

Como tem sido uma prática recorrente na atuação do setor privado junto à educação pública, é possível observar a ampliação e o consequente fortalecimento de redes de colaboração entre diversas instituições com propósitos alinhados. Nesse contexto, destaca-se o papel do Sebrae como instituição “âncora”, especialmente por meio do Programa Cidade Empreendedora. O programa busca articular uma série de ações e parcerias com diferentes entidades, visando facilitar o funcionamento da gestão pública com base nos eixos previamente mencionados. Para viabilizar essa dinâmica, torna-se imprescindível o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, integrando instituições públicas e privadas e promovendo consensos em torno das diretrizes a serem seguidas na implementação das políticas públicas. Esse papel parece ser desempenhado pelo Sebrae em ambas as cidades analisadas.

Assim, ao considerarmos as ações no campo da educação como processos inter-relacionados, podemos afirmar que a política educacional nessas cidades tem sido orientada sob forte influência do setor privado, representado principalmente por entidades vinculadas ao Sistema “S”. A esse respeito, um estudo publicado em 2021 sintetiza as aspirações do Sebrae na promoção do empreendedorismo na educação. Segundo Martins e Castro (2021):

Para afirmar a noção ideológica de empreendedorismo na escola pública, o SEBRAE

13 Devido ao recebimento de recursos públicos, as entidades ao Sistema “S” prestam contas e sofrem auditoria do TCU, sendo seus processos de seleção observados pelo mesmo tribunal.



Universidad[®]
Católica
de Manizales

VIGILADA MINEPROMOCIÓN

REVISTA
DE INVESTIGACIONES

Gonçalves, L., & Sotter, F. (2023). As parcerias público-privadas como política educacional em cidades do extremo sul do Brasil (2021 a 2023). *Revista de Investigaciones UCM*, 23(42), 110-131. DOI: <https://doi.org/10.22383/ri.v23i42.238>

defende a ressignificação dos fundamentos do trabalho educativo para assimilar moral e intelectualmente o magistério. Este aparelho de hegemonia compreende que as professoras e os professores devem ser recrutadas/os como parte do exército de difusores de sua ideologia e que a função da escola deve se limitar ao treinamento de competências para o contexto do desemprego e do trabalho precário (p. 174).

Entretanto, à luz da defesa do direito à educação e da escola pública, é necessário deixar claro que esses processos se configuram como ameaças ao caráter público da educação, à dimensão intelectual da docência e à autonomia dos professores na organização curricular. Tais processos são conduzidos por expedientes externos que comprometem o pleno desenvolvimento dos estudantes, a participação cidadã e agravam ainda mais as condições das realidades escolar e local.

Revista de Investigaciones, 23(42)

e-ISSN: 2539-5122

Universidad Católica de Manizales

 OPEN ACCESS



Referências

- Ball, S. (2014). *Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. UEPG. https://www.academia.edu/91395772/BALL_Stephen_J_Educa%C3%A7%C3%A3o_Glo-bal_S_A
- Coutinho, C. N. (2010). A hegemonia da pequena política. Em F. de Oliveira, R. Braga & C. Rizek (Orgs.), *Hegemonia às avessas* (pp. 29-43). Boitempo.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação e Sociedade*, 25(87), 423-460.
- Drabach, N. P. (2016). A trajetória de construção do princípio da gestão democrática na legislação educacional brasileira. *Transmutare*, 1(2), 275-292. <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/4594/3436>
- Freitas, L. C. (2018). *Reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular.
- Frigotto, G. (1984). *A produtividade da escola improdutiva: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. Cortez.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Boitempo.
- Leher, R. (2014). Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. Em C. Paludo (Org.), *Campo e cidade em busca de caminhos comuns* (pp. 159-178). UFPel.



Universidad[®]
Católica
de Manizales

VIGILADA Mineducación

REVISTA
DE INVESTIGACIONES

Gonçalves, L., & Sotter, F. (2023). As parcerias público-privadas como política educacional em cidades do extremo sul do Brasil (2021 a 2023). *Revista de Investigaciones UCM*, 23(42), 110-131. DOI: <https://doi.org/10.22383/ri.v23i42.238>

- Marini, R. M. (2005). Dialética da dependência. Em R. Traspadini & J. P. Stedile (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. (pp. 137-181). Expressão Popular.
- Martins, A. S., & Castro, L. F. (2021). A concepção de trabalho educativo do Sebrae assimilar à docência para difundir o empreendedorismo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(1), 152-179.
- Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2009). *Crise estrutural do capital*. Boitempo.
- Moreira, J. A., Franca-Volsi, M. E., & Mucio-Ferreira, G. (2023). Relações público-privado nas políticas educacionais do Brasil: Do império ao século XXI. En V. J. Grande, S. A. O. Larrosa, & S. R. G. Gonçalves (Orgs.), *Políticas educacionais e a plataforma da educação: Reformas educacionais em tempos de disputas* (pp. 59-79). CRV. <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/39106-politicas-educacionais-e-a-plataformizacao-da-educacao-br-reformas-educacionais-em-tempos-de-disputas?srsId=AfmBOorDPmnAdNadeCGINxOF4HD1MbvaTOBhwBwTymXxjm494VshRDek>
- Peroni, V., & Caetano, M. R. (2021). Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e mercado. *Educere et Educare*, 15(37), 1-15. <https://doi.org/10.17648/educare.v15i37.24176>
- Peroni, V., & Lima, P. (2020). Políticas conservadoras e gerencialismo. *Práxis Educativa*, 15, 1-20. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15344.070>
- Peroni, V. (2018). Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: Sujeitos e conteúdo da proposta. *Currículo sem Fronteiras*, 18(1), 212-238. <http://hdl.handle.net/10183/261801>

Revista de Investigaciones, 23(42)

e-ISSN: 2539-5122

Universidad Católica de Manizales

 OPEN ACCESS





Universidad[®]
Católica
de Manizales

VIGILADA MINEDUCACIÓN

REVISTA
DE INVESTIGACIONES

Gonçalves, L., & Sotter, F. (2023). As parcerias público-privadas como política educacional em cidades do extremo sul do Brasil (2021 a 2023). *Revista de Investigaciones UCM*, 23(42), 110-131. DOI: <https://doi.org/10.22383/ri.v23i42.238>

- Peroni, V., & Scheibe, L. (2018). Privatização da e na educação: Projetos societários em disputa. *Retratos da Escola*, 11(21), 387-392. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.831>
- Puello-Socarrás, J. F. (2008). *Nueva gramática del neoliberalismo: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Universidad Nacional de Colombia.
- Saviani, D. (2010). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. EDUFES.
- Shiroma, E. O., Marcondes, M. C., & Evangelista, O. (2011). *Política educacional*. Lamparina.
- Souza, Â. R., & Tavares, T. M. (2014). A gestão educacional no Brasil: Os legados da ditadura. *RBPAE*, 30(2), 269-285. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53674>
- Verger, A. (2019). A política educacional global: Conceitos e marcos teóricos chave. *Práxis Educativa*, 14(1), 9-33. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.14n1.001>
- Verger, A., & Robertson, S. (2012). A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, 33(121), 1133-1156. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012>

Revista de Investigaciones, 23(42)

e-ISSN: 2539-5122

Universidad Católica de Manizales

 OPEN ACCESS

